

**ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS  
DIREITOS DA MULHER - CNDM**

1 No dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte quatro, no Salão nobre do Bloco K,  
2 Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, foi realizada a 76ª Reunião Ordinária do  
3 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Estiveram presentes na reunião as  
4 seguintes conselheiras: **Adélia Moreira Pessoa**, Instituto Brasileiro de Direito da Família  
5 (IBDFAM); **Aldinéia Machado Gomes**, Instituto Eco Vida; **Alice Bianchini**, Notório  
6 Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos  
7 Direitos das Mulheres; **Alison Regina Mazza Lubascher**, Federação das Associações de  
8 Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW-BRASIL); **Andremara dos Santos**,  
9 Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e  
10 Defesa dos Direitos das Mulheres; **Celina Alves Padilha Arêas**, Central dos  
11 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly Glaudystton Pereira dos**  
12 **Santos**, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); **Cleide Jane**  
13 **Figueiredo de Araújo**, Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP); **Cleide**  
14 **Silva Pereira Pinto**, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas  
15 (FENATRADE); **Danielle Cavagnolle Mota**, Ministério do Planejamento e Orçamento  
16 (MPO); **Deusimar Corrêa**, Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé  
17 Héviosô ZÔONOKUM MEAN; **Evelin Cavolini Santana**, Articulação Brasileira de  
18 Lésbicas; **Francilene Carvalho de Mesquita**, Movimento de Reintegração das Pessoas  
19 Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); **Ivanete Alves de Oliveira (Santa Alves)**,  
20 União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO); **Jane Maria Vilas Boas**,  
21 Ministério do Meio Ambiente (MMA); **Kátia Evangelista Regis**, Ministério da  
22 Igualdade Racial (MIR); **Laudelina Inácio da Silva**, Associação Brasileira de Mulheres  
23 de Carreira Jurídica (ABMCJ); **Mara Luzia Feltes**, Central Única dos Trabalhadores  
24 (CUT); **Maria Dirlene Trindade Marques** da Rede feminista de Saúde, Direitos Sexuais  
25 e Reprodutivos; **Nágyla Maria Galdino Drumond**, Confederação Nacional das  
26 Associações de Moradores (CONAM); **Rafaela Feitosa Damasceno**, Instituto Nacional  
27 das Mulheres Redesignadas (INAMUR); **Sandra Laules**, Rede Nacional de Mulheres  
28 Negras no Combate à Violência; **Sarah Barreto Marques Ribeiro**, Organização  
29 Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); **Sônia da Costa**, Ministério da Ciência,  
30 Tecnologia e Inovação (MCTI); **Sônia Maria Zerino da Silva**, Confederação Nacional  
31 dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Tereza Martins Godinho**, Ministério do  
32 Trabalho e Emprego (MTE); **Valéria Cristina Vilhena**, Evangélicas por Igualdade de  
33 Gênero (EIG); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres (UBM);  
34 **Rayssa Cruz**, Assistente do CNDM; **Atiliana da Silva Vicente Brunetto** Assessora de  
35 Participação Social e Diversidade do Ministério das Mulheres; **Ana Maria Santos**  
36 **Rocha**, Assessora do Ministério das Mulheres; **Poliana Rezende Soares Rodrigues**,  
37 Coordenadora do Ministério das Mulheres; **Bárbara Brenda Saraiva Barbosa**, Apoio  
38 Técnico; **Geovana da Silva Pereira**, Assistente Administrativo. **Abertura da Reunião**  
39 **27/06/2024 – Manhã:** A Sra. Laudelina presidiu a reunião, que teve como Pauta: 1.  
40 Aprovação da Ata da 75ª Reunião Ordinária do CNDM; 2. Apresentações dos relatórios  
41 e recomendações das Câmaras Técnicas; 3. Análise de conjuntura; 4. Fala das  
42 conselheiras que estão saindo; 5. Debate pleno; 6. Encaminhamentos. A Sra. Dirlene  
43 Marques pediu a fala por questão de ordem para sugerir que fosse feito um requerimento



44 solicitando a urgência na publicação da portaria das novas conselheiras, considerando  
45 que, estando em ano eleitoral, a portaria precisa sair em Diário Oficial da União até o dia  
46 dois de julho para viabilizar a Posse das conselheiras. A Sra. Celina Alves sugeriu que o  
47 Conselho marcasse uma audiência com a Ministra Carmém Lúcia do Tribunal Superior  
48 Eleitoral. Ficou deliberado que a conselheira Andremara dos Santos elaboraria os  
49 documentos e a equipe do CNDM protocolaria no sistema SEI. Passou-se para a  
50 aprovação da Ata da 75ª Reunião, informando as alterações que foram sugeridas. Após  
51 lida as alterações, foi aprovada por unanimidade. Passou-se para a apresentação dos  
52 relatórios das Câmaras Técnicas, iniciando com a Câmara Técnica de Planejamento e  
53 Orçamento. A Sra. Mara Feltes pontuou que na avaliação da CT, constataram que o  
54 objetivo da CT deve ser mais bem compreendido, reavaliado, porque o planejamento não  
55 ocorre. Como proposta, sugeriu que as ações apresentadas pelas demais câmaras que  
56 demandem planejamento e orçamento para execução seja encaminhada para esta Câmara,  
57 a fim de que ela possa, em conjunto com as proponentes, viabilizar a execução. Relatou  
58 dificuldades de realizar a tarefa de acompanhar os recursos do orçamento, muito menos  
59 buscar emendas para reforçar recursos para o Ministério, por falta de articulação da  
60 assessoria parlamentar com a Câmara. Sugeriu que a Assessoria Parlamentar do  
61 Ministério acompanhe todas as reuniões dessa Câmara em pelo menos um período. Disse  
62 que a Câmara faz questão de manter a participação de um técnico de planejamento que  
63 de fato tenha essa capacidade de explicar, de ajudar as conselheiras a compreenderem.  
64 Informou que foi sugerido na reunião passada que uma parte, cerca de 10% dos recursos,  
65 fosse destinado para pequenas entidades da sociedade civil, que realizem trabalho de  
66 defesa e promoção dos direitos das mulheres. Propôs que a operacionalização dessa  
67 sugestão pode ser via editais de fomento, através de carta convite direcionadas à pequenas  
68 entidades. Sugeriu, ainda, que o mapa colaborativo e o encontro de mulheres, podem  
69 ajudar a encontrar essas entidades. Reforçou a necessidade da ASPAR informe a essa  
70 Câmara o conteúdo das emendas para o melhor aproveitamento dos recursos. Registrou  
71 que na primeira reunião da próxima Câmara, da gestão 2024-2027, deve dar início ao  
72 acompanhamento do orçamento 2025, para determinar os valores para realização na nossa  
73 conferência e as ações aprovadas no planejamento ocorrida em fevereiro 2024. Propôs  
74 que esse relatório seja encaminhado para a primeira reunião da próxima sessão. Passou-  
75 se para a apresentação da Câmara Técnica de Monitoramento do PNPM. A Sra. Vanja  
76 Andrea iniciou relatando as propostas da 71ª Reunião Ordinária e informou que a Nota  
77 Técnica da PEC 18/21 foi feita, porém não houve resposta da Câmara dos Deputados.  
78 Com relação à solicitação de participação deste conselho, através da CTMPP, nos GT's  
79 Interministeriais, informou que a única resposta que obtiveram foi do grupo do PNPM  
80 negando a participação alegando que os trabalhos já estavam em fase de conclusão. Em  
81 relação a proposta de realizar reunião com o Ministério da Saúde sobre o PNAISM,  
82 informou que foi realizada na 75ª Reunião Ordinária. Sobre a criação de GT para elaborar  
83 curso permanente de formação e a CARAVANA DAS MULHERES NO CONTROLE  
84 PELA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL, relatou que foram deliberadas. Propôs fazer  
85 debate sobre aborto legal, aproveitando o momento atual em que 71% da população é  
86 contra o PL 1904. Propôs a criação de uma rede de monitoramento do aborto legal no  
87 Brasil, envolvendo os conselhos municipais e estaduais. Sobre a criação de GT para  
88 avaliação de duas câmaras técnicas: 1. Diversidade e 2. Mulheres e meio ambiente,  
89 informou que foi aprovada, mas não foram nomeadas as pessoas para fazerem parte dos  
90 GT's. Com relação às propostas da 73ª Reunião Ordinária, informou que foi solicitada a  
91 inserção da CT em debates de vários PL, mas não houve resposta a nenhuma solicitação.



92 Relatou que na 75ª Reunião Ordinária, foram realizadas quatro mesas de debates. Relatou  
93 que essa reunião da CT foi uma das mais ricas, pois foi uma oportunidade de ouvir sobre  
94 políticas importantes e contou com a participação de pessoas importantes, além de ter tido  
95 um público significativo, com cerca de noventa pessoas acompanhando online. Informou  
96 que nessa última reunião da CT foi feita uma avaliação do I Encontro de Movimentos  
97 Sociais de Mulheres e Feministas, onde foram apontados: a necessidade de rever a  
98 logística, a ausência de pauta, faltou transparência na escolha das representações, os  
99 convites foram errados, entre outros. Passou-se para a apresentação da Câmara Técnica  
100 de Legislação e Normas. A Sra. Dirlene Marques apresentou um balanço do  
101 funcionamento da Câmara técnica e do conselho, pontuando que o conselho tem o papel  
102 de elaboração de políticas públicas, mas tem um papel também de controle social. E isso  
103 só é feito se a sociedade civil estiver organizada. Relatou que no atual governo, as  
104 conselheiras estavam mais dispersas e realizando poucas intervenções, apresentando  
105 dificuldades inclusive de encaminhar decisões que são tomadas dentro das câmaras  
106 técnicas. Relatou que foi constatado que no governo anterior havia mais presença das  
107 conselheiras governamentais do que há agora. Relatou que a coordenação política só é  
108 acionada depois de algumas decisões já tomadas apenas para referendar. Argumentou que  
109 está previsto no regimento a possibilidade de a coordenação política fazer o recurso ao  
110 plenário, mas que isso não foi feito. Registrou que, apesar de muita cobrança, as reuniões  
111 da coordenação política não aconteceram regularmente. Pontuou que o I Encontro de  
112 Movimentos Sociais de Mulheres e Feministas foi totalmente fora do que foi discutido,  
113 tendo sido planejado para 300 mulheres e reduziu praticamente à metade. Registrou a  
114 insatisfação com o mapa colaborativo, pois não puderam ter acesso aos dados. Diante das  
115 avaliações, propôs pensar a democratização do conselho, que a sociedade civil retome as  
116 suas reuniões prévias ao funcionamento das reuniões gerais. Relatou que o pleno já  
117 encaminhou a ideia de rotatividade na presidência entre sociedade civil e as  
118 governamentais, neste sentido, foi encaminhada uma consulta ao jurídico do Ministério  
119 no final do ano passado, mas que não tiveram retorno até o momento. Propôs que fosse  
120 feita a consulta ao jurídico para viabilizar a reforma do regimento e garantir a rotatividade  
121 da presidência do conselho. Propôs que a primeira reunião do próximo conselho tenha  
122 como pauta fundamental e principal a discussão da conferência nacional. Propôs que o  
123 novo pleno se assente sobre três questões para poder viabilizar o seu planejamento:  
124 considerar o que foi pela FIOCRUZ na reunião de planejamento (em fevereiro de 2024);  
125 aproveitar as propostas e deliberações feitas no I Encontro de Movimentos Sociais de  
126 Mulheres e Feministas; considerar as avaliações feitas nesta reunião (76ª Reunião  
127 Ordinária); e encaminhar a renovação de dois Grupos de Trabalho da Câmara Técnica de  
128 Legislação e Normas, o GT “Equidade na participação da mulher nos espaços de poder e  
129 decisão”, coordenado pela conselheira Alice Bianchini e o GT “Juízo de Família e  
130 Violência Doméstica de competência integral”, coordenado pela conselheira Adelia  
131 Pessoa. A Sra. Adélia Pessoa acrescentou que é preciso um diálogo maior da sociedade  
132 civil com as governamentais, pontuando que nas reuniões da Câmara Técnica, as  
133 conselheiras governamentais não estão presentes. Registrou que querem um suporte para  
134 as câmaras técnicas, um suporte que acontecia na gestão anterior. Pontuou que a gestão  
135 do conselho tem que encaminhar as deliberações do Pleno, pois, está registrado em ata  
136 que foi solicitado o acesso das conselheiras aos movimentos cadastrados no Mapa  
137 Colaborativo e questionou por que esse acesso está sendo negado. Perguntou se o  
138 Ministério deseja que as conselheiras façam um novo levantamento. A Sra. Celina Arêas  
139 pontuou que, de acordo com o regimento, o conselho é um órgão colegiado, de natureza

140 consultiva e deliberativa, integrante da estrutura regimental do Ministério da Mulher, que  
141 tem a finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à  
142 promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas de igualdade  
143 de gênero. No entanto, argumentou que não estão cumprindo o regimento de forma geral.  
144 Reforçou a ausência das conselheiras governamentais e indagou se essa seria a razão para  
145 as deliberações do pleno não estarem sendo encaminhadas. A Sra. Sônia Zerino solicitou  
146 a renovação do GT “Autonomia Econômica das Mulheres e Política de Cuidados”. A Sra.  
147 Alice Bianchini sugeriu que fosse entregue, na próxima reunião, o regimento interno  
148 impresso para todas as conselheiras trazerem em todas as reuniões do Conselho. Sugeriu  
149 também a elaboração de uma listagem de quem são as conselheiras, as entidades e um  
150 resumo da entidade. Propôs que cada conselheira ficasse responsável em fazer o resumo  
151 da sua entidade. A Sra. Dirlene Marques retificou que a solicitação de renovação dos GT  
152 deveria incluir o GT dos direitos sexuais, direitos reprodutivos por entender que, em  
153 especial no atual momento com o PL 1904, ele é absolutamente necessário. A Sra.  
154 Laudelina Inácio sugeriu que ao final de cada apresentação seja registrada em ata que os  
155 encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. A Sra. Andremara dos Santos  
156 informou que durante a Reunião foi enviado para a assinatura da conselheira Laudelina  
157 Inácio, o ofício solicitando a publicação para a posse do novo triênio e encaminhado para  
158 o gabinete da Ministra. Passou-se para a conselheira Deusimar Corrêa fazer a  
159 apresentação da Câmara Técnica de Enfrentamento ao Racismo. A Sra. Deusimar Corrêa  
160 apresentou-se falando o nome da sua entidade, Centro de Estudos Afro-Religioso e  
161 Cultural Rumpaimé Héviosô, explicando que se tratava de um terreiro de candomblé,  
162 localizado no estado do Rio de Janeiro, em São Gonçalo. Explicou que fez essa referência  
163 à sua entidade porque não vai mais fazer parte do conselho na próxima gestão, mas  
164 pontuou que continuaria acompanhando o conselho e se fará presente nas reuniões do  
165 pleno. Agradeceu o carinho que tiveram com ela nos seis anos e meio em que fez parte.  
166 Pediu que, quando o regimento fosse reformulado, a Câmara Técnica de Enfrentamento  
167 ao Racismo fosse transformada em permanente. Relatou que foram realizados  
168 encaminhamentos e requerimentos que não foram atendidos, inviabilizando o sucesso de  
169 mais uma reunião e, por isso, não foi possível apresentar nada, além de não ter tido tempo,  
170 pois só foi possível realizar três reuniões. Pontuou que gostaria que fosse dado andamento  
171 às propostas da Câmara, como a participação do CNDM na marcha das mulheres negras  
172 no ano de 2025 e que essa Câmara focasse no monitoramento de uma política pública  
173 específica para o enfrentamento ao feminicídio, tendo em vista que, de acordo com o  
174 anuário do fórum nacional de segurança pública, as mulheres negras constituem o maior  
175 número de vítimas de feminicídio. Propôs a renovação dos ofícios que já foram entregues  
176 na data de 25/04/2024 com os seguintes requerimentos: o comparecimento de um  
177 representante do Ministério da Igualdade Racial para falar sobre as políticas públicas  
178 previstas nesse Ministério para o enfrentamento ao racismo, o comparecimento de um  
179 representante da Secretaria de educação profissional e tecnológica do Ministério da  
180 Educação para prestar informações sobre os programas focados na educação, formação,  
181 capacitação das mulheres negras, com suas especificidades, o comparecimento de um  
182 representante do Ministério do Trabalho e Emprego para prestar informações sobre as  
183 estratégias pensadas e implementadas para enfrentar os gravíssimos índices relativos à  
184 situação de trabalho de mulheres negras, o comparecimento de um representante do  
185 Ministério da Saúde para informar sobre políticas públicas previstas sobre a saúde mental  
186 da mulher negra, o comparecimento de um representante de Ministério do  
187 Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome, especialmente

188 da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, para nos prestar informações sobre que  
189 tipo de políticas com prioridade na mulher negra existem na política nacional também  
190 dos cuidados. Ressaltou que, conforme registrado na ata da 72ª Reunião Ordinária do  
191 CNDM, a criação da quinta Câmara Técnica para monitoração, enfrentamento ao  
192 racismo foi proposta e aprovada pelo pleno, com duração de um ano. Relatou que as  
193 integrantes da Câmara propõem e requerem a prorrogação da Câmara Técnica permanente  
194 por mais um ano, tendo em vista a importância do tema, registrando a inviabilização do  
195 seu pleno funcionamento em decorrência do não encaminhamento de seus requerimentos  
196 pelo CMDM. Passou-se para a apresentação da Câmara Técnica de Assuntos  
197 Internacionais. A Sra. Laudelina Inácio da Silva apresentou um balanço das ações  
198 desenvolvidas e discutidas, os obstáculos enfrentados para o cumprimento do  
199 planejamento realizado pela Câmara ao longo do período. Relatou que a CTI apresenta  
200 regularmente uma agenda com objetivos para valorizar a participação das conselheiras da  
201 sociedade civil do CNDM, tanto nas pautas internas internacionais realizadas no Brasil,  
202 como também no exterior. Entretanto, pontuou, as reivindicações ao governo anterior  
203 foram todas recebidas, devidamente respondidas, mas não foram atendidas. Relatou que  
204 na última reunião do ano de 2022, a CTI apresentou uma projeção dos eventos  
205 internacionais que se repetiriam nos anos de 2023 e 2024, com a esperança de que, com  
206 a mudança do governo, novas perspectivas fossem viabilizadas para o CNDM. Relatou  
207 que em março de 2023, houve a participação de duas conselheiras na 67ª Comissão sobre  
208 a Situação da Mulher - CSW, na qual foram duas representantes das instituições da  
209 sociedade civil. Relatou que em maio de 2023 a CTI participou efetivamente da 21ª  
210 Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Mulheres do Mercosul, RAHMAN, com  
211 fala oficial da presidente da CTI, inclusive com a apresentação em PowerPoint,  
212 apresentando a importância do CNDM na construção de políticas públicas no Brasil.  
213 Relatou que quando o Ministério das Mulheres deixou vago o cargo de chefia da  
214 assessoria Internacional, dificultou-se a interlocução entre governo e Conselho nesta área.  
215 Relatou que em novembro de 2023, foi realizada a 22ª Reunião de Ministros de Altas  
216 Autoridades de Mulheres pela presidência pró tempore do Brasil, na qual houve a  
217 participação de representante do CNDM a partir da própria organização das conselheiras,  
218 sem qualquer articulação e convite. Relatou que em março de 2024 foi realizada  
219 novamente a CSW em Nova York com a participação de duas conselheiras eleitas  
220 democraticamente por todo o colegiado, no entanto, apenas uma foi subsidiada pelo  
221 governo federal, a conselheira Luanda Pires, que teve voz ativa. Registrou que a  
222 conselheira Alison Mazza, apesar de também eleita pelo colegiado, não teve o seu custo  
223 arcado pelo conselho. Como sugestões e encaminhamentos, a partir do levantamento  
224 apresentado, a Sra. Laudelina da Silva relatou que a CTI destacou os pontos negativos  
225 que persistem na atual gestão do conselho, tais como a não promoção de gestões para  
226 assegurar de uma vez por todas o cumprimento integral das recomendações da Comissão  
227 Internacional de Direitos Humanos nos casos que estão no Sistema Interamericano de  
228 Direitos Humanos, especialmente as do caso Maria da Penha Fernandes, que não houve  
229 nenhum respaldo do Ministério das Mulheres; o não cumprimento do planejamento da  
230 Câmara, devidamente aprovado pelo pleno; e a invisibilização do CNDM e da Câmara  
231 técnica de assuntos internacionais. Apresentou as seguintes sugestões: a reavaliação,  
232 atualização e cumprimento do planejamento e das decisões aprovadas pelo CNDM em  
233 sua totalidade, não apenas no que diz respeito a CTI; a realização de parceria para  
234 acompanhamento da construção do sistema de monitoramento de recomendações  
235 internacionais de direitos humanos; realização de parceria com a Defensoria Pública da

236 União para acompanhamento dos casos de violação de direitos de mulheres no sistema  
237 Interamericano de direitos humanos, como o caso Maria da Penha e demais já pleiteados  
238 em anexos e atas que seguem o relatório; publicização do relatório das representantes  
239 governamentais que participaram em eventos internacionais relativos às questões e  
240 direitos das mulheres, assim como da agenda Internacional na matéria, pois era uma  
241 cobrança que o CNDM fazia no governo passado, no entanto, no ano passado, nenhum  
242 evento foi relatado para o CNDM e a CTI tomou conhecimento pela imprensa de alguns  
243 casos; e a ampliação da participação efetiva da CTI e do CNDM nos eventos e reuniões  
244 internacionais realizados no Brasil e no mundo. Por fim, registrou que está saindo do  
245 Conselho muito frustrada, depois de terem tido uma gestão de resistência, onde “deram a  
246 cara à tapa” e deram as mãos esperançosas de que o conselho fosse ser respeitado, no  
247 entanto, desde o ano passado, no início, foi colocada a falta de estrutura e nenhuma  
248 providência foi tomada, portanto sugeriu que o próximo conselho passe a exigir do atual  
249 governo ações efetivas. Salientou que se inclui na culpa, pois acredita que se acomodaram  
250 porque é o governo que escolheram e elegeram. A Sra. Chopelly dos Santos pediu para  
251 deixar registrado a importância da assessoria Internacional da Câmara técnica de assuntos  
252 internacionais e a necessidade de buscar os congressos internacionais com a pauta  
253 LGBTQIA+ e com a pauta LBT para saber como está a discussão dessas pautas em outros  
254 locais fora do Brasil. A reunião parou para o intervalo do almoço. **Reabertura da**  
255 **Reunião** no período vespertino, presidida pela Sra. Mara Feltes, foi retomada com a fala  
256 das conselheiras que não farão parte do CNDM no próximo triênio. E foi sugeriu que,  
257 assim como há um tempo reservado para a análise de conjuntura, que no próximo triênio  
258 se reserve um tempo para que cada entidade fale um pouco sobre suas lutas e suas ações.  
259 Pontuou que no processo eleitoral tiveram 115 entidades inscritas, dessas sessenta e seis  
260 foram habilitadas, sendo assim, trinta e oito entidades ficaram de fora. Propôs que o  
261 Conselho considere as entidades que ficaram de fora, convocando-as para contribuir na  
262 Conferência, oportunizando encontros, ainda que virtuais, para ver como está a luta delas.  
263 Relatou que a partir da sua participação na comissão eleitoral, propõe para a Câmara  
264 Técnica de Legislação e Normas rever o regimento na questão da comprovação da atuação  
265 nacional, considerando ser prudente especificar métodos mais objetivos, e na questão dos  
266 recursos para permitir que nesta etapa possa se incluir documentos que porventura tenham  
267 faltado. A Sra Laudelina Inácio da Silva disse que a sua instituição está à disposição de  
268 todo o conselho, tendo em vista que a sua substituta será a doutora Manuela Gonçalves,  
269 que atualmente é a presidente nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira  
270 Jurídica e acumula com a Federação Internacional, sendo que em junho do próximo ano,  
271 vencerá o mandato dela da Federação Internacional e o Brasil continuará na disputa,  
272 através, talvez, do seu próprio nome, portanto estará ainda com essa pauta Internacional.  
273 Disse que reitera todas as palavras que foram ditas pela manhã, que é solidária a todas as  
274 reivindicações e vota pela aprovação de todos os encaminhamentos. A Sra. Dirlene  
275 Marques disse que seria substituída por uma companheira chamada Camila, que é uma  
276 jovem do Paraná e trabalha bem a questão dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.  
277 Disse que aprendeu muito com as posições e representações diferentes do Conselho.  
278 Disse que entendia ser importante não renunciar à análise de conjuntura. A Sra. Choppely  
279 dos Santos falou que, depois de longos doze anos, onde no início havia um conselho que  
280 não estava habituado a trabalhar e a conhecer as mulheres travestis e transexuais, estava  
281 deixando um conselho formado e bacharelado em travestis e transexuais. Disse que se  
282 sentia feliz em ter conseguido transmitir que as mulheres trans não estão no Conselho  
283 para roubar o espaço das mulheres cisgênero, e sim para somar forças, porque um

284 assassino de uma trans, ele a mata e ele argumenta que matou porque ela quer ser mulher,  
285 ficando nítido que o ódio dele está no gênero feminino. Informou que será substituída por  
286 Bruna, a atual presidente da ANTRA, que tem um discurso muito bom, principalmente  
287 para assuntos internacionais. Disse que participou de uma conferência que foi  
288 interrompida pelo golpe, portanto sugeriu que o Conselho considerasse as conselheiras  
289 que lutaram esse período para que a conferência saísse, e convidassem-nas para  
290 contribuir. Reforçou o pedido de homenagem na 5ª Conferência, aprovado pelo Pleno, à  
291 companheira Janete, do Fórum de Mulheres do Mercosul, que foi do Conselho desde  
292 1985. A Sra. Aldinéia Machado informou que sua entidade não fará parte do Conselho  
293 no próximo triênio. Falou que entidade existe desde 2004 e que no processo eleitoral  
294 alegaram que ela não abrangia os estados. Refutou a alegação dizendo que ela está em 15  
295 regiões, com trabalhos desenvolvidos no Rio de Janeiro, Cabo Frio. A Sra. Deusimar  
296 Corrêa disse que já havia se expressado e que, embora sua instituição não faça parte da  
297 próxima gestão, ela continuaria acompanhando o Conselho. A Sra. Sara Marques se  
298 apresentou como representante da Organização Nacional de Cegos no Brasil,  
299 agradecendo a acolhida de todas e que aprendeu muito com todas. Disse que sua entidade  
300 continuaria na suplência, portanto não sabe quando será a próxima reunião que  
301 participará, mas que continuará debatendo, dialogando, compartilhando no grupo de  
302 Whatsapp. Disse que ela e a ONCB estão à disposição de todas. Informou que no ano que  
303 vem irão receber pela primeira vez o Encontro Mundial de Pessoas Cegas, com mais de  
304 100 países, a ser realizado na cidade de São Paulo. Solicitou que não esquecessem de  
305 incluir a mulher com deficiência nas pautas das mulheres, porque é uma pauta ainda  
306 invisibilizada e que perpassa pelas interseccionalidades da mulher negra, da Mulher  
307 jovem, da mulher idosa, da mulher indígena, ribeirinha, da mulher que sofre violência, da  
308 mulher trans, da Mulher LBT. A Sra. Nagyla Drummond registrou que foi a primeira vez  
309 que sua entidade, Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM,  
310 ocupou assento no CNDM. Informou que a CONAM compõe o Conselho Nacional de  
311 Saúde, o Conselho Nacional de Juventude, o Conselho Nacional das Cidades e Conselho  
312 Nacional de Direitos Humanos. Informou que a CONAM está presente nos vinte e seis  
313 estados brasileiros, com cerca de mais de 20.000 associações filiadas e, recentemente, a  
314 exatos dois meses atrás, conseguiram aprovar cerca de 12.000 unidades habitacionais em  
315 centenas de propostas espalhadas pelo país no programa minha casa, minha vida  
316 entidades. Disse que a CONAM estava deixando o CNDM, mas que permanecia à  
317 disposição para contribuir na mobilização para a 5ª Conferência. A Sra. Francilene  
318 Mesquita apresentou sua entidade, MORHAN, explicando que acolhem mulheres que  
319 estão em situação de vulnerabilidade social devido à doença hanseníase. Pediu que o  
320 CNDM fortaleça os vínculos com os conselhos estaduais e com as instituições que já  
321 fizeram parte do CNDM. A Sra. Cleide Jane disse que está triste por não continuar no  
322 Conselho, e que, enquanto uma mulher negra vivendo com HIV e AIDS desde 1996, não  
323 se sente contemplada. A Sra. Mara Feltes agradeceu o espaço e disse que estava saindo  
324 com a sensação de dever cumprido. Registrou que ouviu mais sobre as entidades que estão  
325 saindo neste momento do que durante todo o tempo que estiveram juntas, e argumentou  
326 que faz falta as pessoas falarem das suas lutas e das suas questões. A Presidenta do  
327 Conselho, Ministra Cida Gonçalves, chegou para participar do pleno. A Sra. Mara Feltes  
328 resumiu as discussões que tinham sido feitas até então. Com a palavra, a Sra. Cida  
329 Gonçalves cumprimentou a todas e pediu desculpas pela sua ausência na reunião pela  
330 manhã, informando que estava com problemas de saúde, além de ter tido uma agenda  
331 com o Presidente da República. Informou que falaria pouco, devido ao seu estado de

332 saúde e porque gostaria de ouvir o que as conselheiras tinham para falar. Agradeceu ao  
333 conselho, reconhecendo toda a resistência que teve, o que garantiu que ele continuasse  
334 inteiro, vivo, sendo pulsante na resistência. Disse que o movimento de mulheres do Brasil  
335 e o governo do presidente Lula tem que agradecer. Registrou ainda que o cenário era  
336 desafiante, especialmente em determinadas pautas, como o PL 1904. Argumentou que o  
337 novo conselho terá que enfrentar essa situação junto com o processo da construção da 5ª  
338 conferência nacional de política para as mulheres. A Sra. Andreмара dos Santos pontuou  
339 que está havendo uma incompatibilidade orgânica e política na manutenção da  
340 presidência do conselho, cumulada com a titularidade do Ministério, e acredita que isso  
341 enfraqueceu o CNDM, porque um ministro de Estado é uma pessoa da mais absoluta  
342 confiança do presidente da República para executar o que ele determinar. Argumentou  
343 que, considerando que uma mulher, por ser mulher, e ainda mais titular do Ministério das  
344 Mulheres, já entra em desvantagem no círculo de homens que dominam aquele setor,  
345 quando a ministra das Mulheres tem de levar uma proposta de resistência, de reclamação  
346 de um conselho que ela que preside, não dá para separar e fica parecendo que está  
347 querendo reivindicar. Prosseguiu dizendo então que esta incompatibilidade acaba  
348 enfraquecendo o Conselho. Sendo assim, sugeriu que talvez fosse mais estratégico para  
349 o conselho ter outra presidência que não seja a Ministra, entendendo que esta  
350 compatibilidade está presente. A Sra. Rafaela Damasceno reivindicou que revejam o  
351 regimento interno do conselho para trazer as suplências para as reuniões do conselho,  
352 mesmo que não tenham direito a voz. A Sra. Nagyla Drummond cumprimentou a ministra  
353 Cida e toda a equipe do Ministério das Mulheres, dizendo que não se envergonha em dizer  
354 que este é o nosso governo e que, se nós não estivéssemos hoje sob o comando do  
355 presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nós estaríamos vivendo uma barbárie  
356 institucionalizada. Pontuou que estamos superando muitas questões importantes, como a  
357 retomada da ciência como projeto de país, a retomada da democracia como  
358 musculatura necessária que tanto precisamos. Sendo assim, pontuou que todas e  
359 quaisquer situações que tenhamos de desconforto, de discordância, sempre será muito  
360 menor do que tudo o que conseguimos enfrentar. Disse que a extrema direita não está à  
361 espreita, nem dentro do armário, mas entre nós, entre aqueles que batem no peito e dizem  
362 que nós precisamos equiparar uma menina estuprada e grávida, fruto do estupro, a um  
363 homicida. Disse que o maior desafio para o conselho nacional dos direitos da mulher é  
364 compreender que o controle social que nós tanto precisamos fazer, ele precisa estar de  
365 olho muito firme no projeto nacional de desenvolvimento. A Sra. Aldinéia Machado disse  
366 que o Conselho e o Ministério precisam ter um olhar especial à COP 30, pois acredita que  
367 estamos perdendo espaço como movimento social no Brasil para algumas entidades  
368 internacionais. A Sra. Choppely dos Santos disse que ao longo dos anos que esteve no  
369 conselho, desejou ouvir a ministra falar que o Ministério da Mulher também trabalha as  
370 mulheres travestis e transexuais por entendê-las enquanto mulher, na sociedade e  
371 reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal. A Sra. Cida Gonçalves se manifestou  
372 favorável a ideia de rotatividade da presidência do conselho e concordou com a  
373 necessidade de revisão do regimento, mas que é necessário tem uma resposta jurídica do  
374 ministério. Com relação à reivindicação da conselheira Rafaela Damasceno, a Sra. Cida  
375 Gonçalves explicou que o Conselho é administrativamente vinculado ao Estado, regido  
376 pela Lei da Administração Pública, a qual impõe regras, portanto é necessário que as  
377 conselheiras que não vão vir para a reunião avisem com antecedência para que se possa  
378 convocar a suplente e ter tempo hábil de mobilizar e trazê-la para a reunião. Disse ainda  
379 que, a revisão do regimento interno deve ser uma prioridade. Pontuou que é necessário



380 pensar numa nova metodologia de organização do conselho, trazendo especialista ou para  
381 os grupos de trabalho ou para o pleno, para que possa discutir, por exemplo, como as  
382 mulheres estão inseridas no novo planejamento de desenvolvimento econômico, quanto  
383 custa para a economia brasileira e para o Brasil e para o mundo a preservação que as  
384 mulheres fazem no seu quintal das árvores e dos pomares. Disse que concordamos com o  
385 discurso de que as mulheres são as que mais preservam e são elas que mais sofrem nos  
386 desastres naturais, mas qual valor econômico e qual o valor do desenvolvimento agregado  
387 está posto nesse debate? Defendeu que é preciso fazer essa linha de atuação com muito  
388 mais força para poder fazer a disputa política para dentro da questão do sistema, da justiça  
389 climática, da sustentabilidade, do desenvolvimento econômico, pois não adianta ir à COP  
390 e fazer o que todo mundo está falando. A Sra. Cida Gonçalves sugeriu que a Câmara  
391 Técnica de Legislação e Normas entregasse as análises do regimento para que possa  
392 embasar os trabalhos nas próximas reuniões do conselho. A Sra. Francilene Mesquita  
393 perguntou como é feito o acompanhamento das denúncias sobre a questão de crianças que  
394 têm o aborto legal negado. A Sra. Laudelina Inácio da Silva registrou a insatisfação com  
395 o esvaziamento do Conselho e com as decisões aprovadas que não são cumpridas e  
396 concretizadas. Solicitou a realização de parceria para acompanhamento da construção do  
397 sistema de monitoramento de recomendações internacionais de direitos humanos, e a  
398 realização de parceria com a Defensoria pública da união para acompanhamento dos  
399 casos de violação dos direitos das mulheres no sistema Interamericano de direitos  
400 humanos, a publicização do relatório das representantes governamentais que participaram  
401 em eventos internacionais relativos às questões de direitos das mulheres, assim como da  
402 agenda Internacional da matéria, a ampliação e a participação efetiva da Câmara técnica  
403 de assuntos internacionais nos eventos e reuniões internacionais realizados no Brasil e no  
404 exterior. A Sra. Alison Mazza reforçou o pedido da conselheira Laudelina Inácio acerca  
405 dos relatórios internacionais das representantes governamentais para poder levar essa  
406 informação para todas as associadas, com mais segurança no que está dizendo e com mais  
407 subsídios para mostrar os pontos de vista e qual foi a decisão do nosso governo. Disse  
408 que está recebendo mensagens de participantes do I Encontro Nacional questionando  
409 sobre o relatório de conclusão. A Sra. Deusimar Corrêa pediu para o CNDM abrir mais  
410 as portas para as mulheres negras, as mulheres de terreiro, as mulheres indígenas e que a  
411 Câmara técnica de monitoramento e enfrentamento ao racismo seja transformada em  
412 permanente. A Sra. Dirlene Marques registrou a insatisfação com o funcionamento do  
413 Conselho, que considera uma falta de respeito com a sociedade civil não representação  
414 governamental, não ter a presidenta presente, não ter a vice presidenta presente. Em  
415 relação à Coordenação Política, registrou que não estão sendo acionadas e quando são é  
416 apenas para referendar o fato que já está consumado, definido. A Sra. Valéria Vilhena  
417 registrou que quando forem tiradas comissões organizadoras, que depois essas comissões  
418 retornem ao pleito para a prestação de contas. A Sra. Sônia Costa sugeriu fazer um livreto  
419 com as instituições inscritas no Processo Eleitoral para se ter uma memória. Sugeriu,  
420 também, que a categoria de mulher com deficiência seja uma categoria permanente no  
421 conselho. A Sra. Cleide Jane pediu a cadeira das Mulheres vivendo com HIV e AIDS,  
422 fosse uma cadeira permanente. A Sra. Cida Gonçalves disse que vai analisar as críticas e  
423 conversar com a equipe da Secretaria Executiva para encontrar o melhor caminho para  
424 solucionar as dificuldades apresentadas. Registrou que o pleno do conselho tem que  
425 opinar sobre tudo que as câmaras técnicas discutiram. A Sra. Mara Feltes registrou que  
426 foi aprovado por aclamação o encaminhamento de aprovação das propostas e sugestões  
427 que foram registradas na reunião. Encerrada a reunião.